

EDITORIAL

As carências, a ineficácia e a baixa qualidade da escola pública brasileira constituem uma realidade que vem sendo analisada, tanto no meio acadêmico quanto no âmbito governamental. Que a escola pública está precisando, há muito, de empreendimentos públicos que a dinamizem e coloquem num patamar de melhor qualidade, sabemos todos: pais, alunos, professores, dirigentes escolares e governantes.

Políticas e Programas de avaliação das escolas, em âmbito internacional e nacional, vêm, desde os anos 70 do século passado, enfatizando a necessidade de mudanças no funcionamento das escolas que já não atendem ou atendem muito mal às aspirações e necessidades dos seus cidadãos e do mercado.

Na trajetória da avaliação de políticas públicas em educação, verificam-se diferentes programas e exames, nacionais e internacionais, que, desde os anos 90 do século XX, vêm se dedicando à avaliação da educação oferecida nas escolas brasileiras, através do desempenho dos estudantes, principalmente em Matemática e Português (leitura). Dentre os programas internacionais que vêm se dedicando a esse propósito destacam-se: Programa Internacional de Educação Comparada (PISA - *Programme for International Student Assessment*), desde o ano 2000; Programa Mundial de Indicadores Educacionais (WEI - *World Education Indicators*), criado em 1997 e o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE - *Laboratorio Latinoamericano de Evaluación*

de la Calidad de la Educación), criado em 1994, aplicados no Brasil sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em nível nacional, no âmbito da educação básica, destacam-se: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), iniciado em 2005; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990, e as avaliações a ele vinculadas: Avaliação nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil), Provinha Brasil e o Exame Nacional de Avaliação de Competências na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Todas as avaliações realizadas nas escolas brasileiras têm mostrado os baixos índices de aprendizagem dos estudantes a elas submetidos, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste, como se verifica nos dados do Relatório 2000 do Pisa. A média geral nos estados dessas duas regiões fica abaixo da média nacional (401). As médias brasileiras, em Leitura, são um pouco maiores que aquelas verificadas em Matemática e em Ciências, entretanto, o relatório nacional referente aos resultados do Pisa 2000 concluiu que as escolas brasileiras não têm contribuído para uma aprendizagem significativa no que se refere ao uso da leitura. No Brasil, a educação básica vem sendo avaliada, a cada dois anos, gerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No ensino fundamental, o Ideb toma como base os dados do Censo Escolar e da Prova Brasil. O Censo Escolar faz o levantamento dos resultados dos estudantes nas avaliações realizadas na escola. A Prova Brasil aplica teste padronizado e questionário socioeconômico.

Na tentativa de superar as deficiências da escola pública, os governantes brasileiros têm enveredado numa série de Pactos e Programas das mais diversas ordens, envolvendo a União, os estados e os municípios. Basta entrar no *site* do Ministério da Educação para localizar muitos planos e programas voltados para os diversos níveis de ensino e para diversos segmentos da administração pública.

A despeito das políticas públicas e dos programas governamentais, a situação educacional não dá mostras de mudanças significativas na

direção de uma melhor qualidade no ensino e na aprendizagem dos estudantes, como vêm comprovando pesquisas recentes, inclusive publicadas nesta edição da Revista Práxis Educacional que reúne artigos voltados para políticas públicas e para a realidade educacional, focalizando problemas diversos relacionados: à atuação do gestor e do coordenador pedagógico, à implantação da educação integral, à formação e atuação do professor, à atuação docente na educação infantil e no ensino superior e à adequação curricular voltada para a diversidade etnicorracial.

As escolas brasileiras de ensino fundamental vêm, nos últimos anos, investindo na inclusão de um coordenador pedagógico em seu quadro de profissionais da educação. São colocados nessa função, de modo geral, professores com curso de nível superior, em especial, o curso de Pedagogia. Fabíola Jesus de Souza, Grazielle Oliveira Seixas e Tatyanne G. Marques analisam, no artigo “O coordenador pedagógico e sua identidade profissional”, o curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Bahia (Uneb), no que se refere à preparação do pedagogo para atuar na coordenação pedagógica.

Tendo como um dos objetivos melhorar a qualidade da educação no ensino fundamental, o Governo Federal brasileiro lançou, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, em parceria com a Secretaria da Educação Básica e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o Programa Mais Educação, operadionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, o Programa prevê o aumento da oferta de experiências educativas nas escolas públicas, por meio de atividades optativas envolvendo campos diferenciados: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos; cultura e artes; cultura digital; prevenção e promoção da saúde; educomunicação; educação científica e educação econômica. Foram selecionadas, para atendimento inicial, em 2008, escolas que apresentaram baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Dentre elas, escolas do Município de Juazeiro, no estado da Bahia, *locus* da pesquisa realizada por Livia Almeida Figuerêdo e Marcelo Silva de Souza

Ribeiro, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). O trabalho, intitulado “Significados da educação integral: a experiência dos professores diante da implantação do Programa Mais Educação”, analisa os significados atribuídos pelos professores à educação integral diante implantação do Programa Mais Educação numa escola estadual daquele município.

A identidade do professor da educação básica é analisada por Hamilton Perninck Vieira e Maria Marina Dias Cavalcante, da Universidade do Ceará, no artigo “A crise do magistério público brasileiro no século XXI: repercussões na identidade do professor da educação básica”. O texto aborda o problema da desvalorização do magistério no Brasil analisando suas causas e consequências e sugerindo a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade na educação.

Tendo como foco o exercício do magistério na educação infantil, o artigo “A docência na educação infantil: representações, identidades e práticas” analisa a atuação dos professores chamando atenção para a falta de preparação específica, nos cursos de formação, para o exercício da docência nesse nível de ensino. Milena Aragão e Lúcio Kreutz, da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, investigaram a interposição materno-docente na atuação do professor da educação infantil, analisando as representações e a construção da identidade desse profissional.

Ainda mantendo o foco no exercício do magistério, Ennia Débora Passos Braga Pires, Débora Carvalho Monteiro Nunes Almeida e Dominick do Carmo Jesus, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), buscam as qualidades que definem o “bom professor” em três cursos superiores da Uesb - Pedagogia, Química e Zootecnia – no artigo “Docência universitária - o olhar do aluno: um estudo das representações sociais de estudantes universitários sobre o ‘bom professor’”.

Também voltado para o ensino superior está o artigo “Didática: uma esperança para as dificuldades pedagógicas do ensino superior?”

Entrevistando docentes brasileiros e franceses, Maria Amélia Santoro Franco, da Universidade Católica de Santos, aborda o papel da Didática no ensino superior e analisa a proposta europeia de formação didática para docentes desse nível de ensino. Conclui apresentando uma proposta “de organizar a sala de aula em processos investigativos, através dos quais alunos e professores se organizem num coletivo investigador, que pode facilitar o envolvimento dos sujeitos com os processos coletivos de produção, sistematização e socialização dos conhecimentos”.

José Valdir Jesus de Santana, Marise de Santana e Marcos Alves Moreira, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no artigo “Cultura, currículo e diversidade étnicorracial: algumas proposições”, analisam os conceitos e a relação entre esses três temas usando como referência temporal a aprovação da Lei 10.639/03 que determina a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira na educação básica.

Além das experiências brasileiras abordadas nos artigos já mencionados, este número apresenta duas experiências internacionais.

“La experiencia de investigación y formación con el profesorado universitario en centroamérica”, realizada com professores de universidades da América Central, San Salvador, Costa Rica, Honduras, Nicaragua e Panamá, volta-se para a definição de competências docentes no curso de medicina, tendo em vista a elaboração de um projeto de formação docente que fortaleça a atuação dos professores no processo educativo de modo a repercutir na melhoria das universidades dos países envolvidos. Esse trabalho tem a autoria das professoras Rosa M^a Esteban Moreno, da Universidade Autônoma de Madrid e Rutilia Calderón Padilla, da Universidade Nacional Autônoma de Honduras.

A gestão nas escolas portuguesas, destacando as atribuições do diretor escolar, é analisada no artigo “Do percurso ao modo de ser da unipessoalidade na gestão das escolas” de Manuela Leal e Maria João de Carvalho da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Concluindo este número, Manuel Menor Currás, da Universidad Complutense de Madrid, apresenta uma resenha do livro “Qué hacemos

con la educación”, de autoria de Agustín Moreno, publicado pela Editora Akal, em Madrid, no ano de 2012.

Apesar da realização de inúmeras pesquisas comprovando os resultados pouco satisfatórios da educação que vem sendo oferecida, principalmente aos estudantes brasileiros; apesar e por causa dos inúmeros programas, pactos e planos que sufocam, camuflam e até subvertem a ordem do que deveriam ser as políticas públicas em educação; apesar das manifestações populares que invadem o país clamando por educação de qualidade, ética e probidade administrativa, temos que manter a esperança (já que esta é a última que morre). Afinal, o quadro que aí está demorou longos anos, séculos, para ser constituído. Precisamos começar logo a longa caminhada que precisaremos empreender se quisermos, como apontam as pesquisas publicadas neste número: um currículo que atenda às diversidades culturais e étnicorraciais; uma formação adequada para os professores, gestores e coordenadores (da educação infantil ao ensino superior), resultando em bons profissionais da educação; valorização do magistério em todos os níveis, revertida em boas condições de trabalho, de estudo, de pesquisa; uma educação, de fato, integral para toda a educação básica; políticas públicas construídas e implementadas com participação e preparação dos profissionais envolvidos, enfim, uma educação de boa qualidade para todos.

Prof^a Dr^a Maria Iza Pinto de Amorim Leite
Editora da Revista Práxis Educacional